



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA REGIÃO DO CABULA: ENTRELACANDO O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ana Maria Ferreira Menezes
Maria de Fátima Hanaque Campos
Vânia Rita de Menezes Valente

Introdução

O objetivo deste trabalho é entrelaçar o Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (PGDR) e o projeto Turismo de Base Comunitária na Região do Cabula e Entorno: processo de incubação de operadora de receptivos populares especializada em roteiros turísticos alternativo (TBC) com o desenvolvimento local a partir da descrição sobre o PGDR e do TBC, desenvolvidos no âmbito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), mediado pela discussão em torno da gestão do conhecimento.

Para tanto, é necessário que se aborde a história do PGDR, que teve início com sua primeira turma em 2006, visando preparar profissionais comprometidos e com capacidade crítica para atuarem como gestores públicos e profissões correlatas, de modo a atender necessidades existentes nos diversos setores socioeconômicos regionais vinculados às políticas públicas e à gestão do conhecimento e que estavam voltados para o desenvolvimento sustentável.

A oferta do referido curso de pós-graduação possibilitou o aprofundamento da relação Universidade-Comunidade e, neste ínterim o projeto TBC foi gestado a partir de diálogos e interações com estudantes e docentes das duas linhas do referido Programa que, juntos, elaboraram uma proposta inovadora de atuação no território do Cabula, conhecido como antigo Quilombo Cabula, que teve a execução de suas atividades iniciais em 2010, por meio do Edital 021/2010 da FAPESB.



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES

“Educando para o Turismo de Base Comunitária”

Para o desenvolvimento desse trabalho, adotou-se como metodologia a abordagem qualitativa, com procedimentos de coleta de dados bibliográficos e documentais, e memória das autoras, que possibilitaram dar consistência às análises desenvolvidas.

O capítulo está estruturado em introdução, descrição do Programa de Mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional - PGDR, em seguida, apresenta-se uma revisão de aspectos basilares do componente curricular Gestão da Informação para a Cidadania e Desenvolvimento, seguida da caracterização do Projeto de Pesquisa, Ensino e Extensão Turismo de Base Comunitária no Cabula e, por fim, a conclusão.

Contextualizando o Programa de Mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional

A proposição do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (PGDR), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), decorreu de uma demanda da Secretaria Estadual de Educação (SEC), que encaminhou pleito para a UNEB, no sentido de formatar um curso de pós-graduação *stricto sensu* em Gestão. A proposta inicial foi elaborada a partir de uma visão estratégica onde a universidade pudesse transferir seus conhecimentos, através de um corpo docente qualificado, que fomentasse práticas, valores, saberes sociais e culturais na construção de propostas comunitárias para políticas públicas no propósito do desenvolvimento local e regional, além de pensar na inserção da universidade no campo da gestão do conhecimento.

O projeto do Mestrado Profissional de Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (PGDR) obteve autorização de criação e funcionamento pelo Conselho Superior Universitário - CONSU, através da Resolução nº 352/2005, publicada na página 18 do D. O. de 30 de setembro de 2005. Em seguida obteve a recomendação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através de parecer do Conselho Técnico Científico (CTC) nos dias 21 e 22 de março de 2006. A aula inaugural do PGDR ocorreu, portanto, em 25 de setembro de 2006.



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

Assim, visando atender a demanda dos diversos setores sociais e às necessidades do mercado profissional foi implantado, em 2006, o PGDR, que privilegiou o ensino profissionalizante com forte relacionamento entre o mundo acadêmico e o mundo do trabalho. O PGDR se propôs a preparar profissionais conscientes para atuarem como gestores públicos e profissões correlatas, direcionados para as necessidades do Estado, de modo a preencher as necessidades existentes nos diversos setores socioeconômicos regionais vinculados às políticas públicas e à gestão do conhecimento voltados para o desenvolvimento sustentável (MENEZES; CAMPOS, 2008).

Os objetivos gerais do PGDR foram traçados de forma a: formar profissionais capazes de intervir de modo crítico e propositivo nas dinâmicas de elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional; e, formar profissionais capazes de articular conhecimentos adequados para uma atuação tanto na esfera das políticas públicas quanto na gestão do conhecimento regional e local. E, como objetivos específicos: a] capacitar os mestrandos na interpretação do impacto das mudanças macroeconômicas e seus principais reflexos sobre as políticas públicas; b] oferecer conhecimentos que possibilitem o reatamento dos conteúdos de sistemas de informações sobre a gestão do conhecimento; c] desenvolver e articular a pesquisa nas áreas técnicas de políticas públicas, gestão do conhecimento e desenvolvimento regional, visando a formação de redes; d] apresentar uma dissertação ou uma produção técnica sob diferentes formas, a exemplo de vídeo, documentário, CD, acompanhamento de relatórios técnicos, livro etc (UNEB, 2005).

O PGDR foi estruturado a partir da área de concentração em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional e das linhas de pesquisa: Linha I- Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional e Linha II - Gestão Social do Conhecimento e Desenvolvimento Regional, decorrente da experiência acumulada pelos docentes de diversos departamentos da UNEB. A larga experiência com os cursos de pós-graduação *lato sensu*, associada ao compromisso institucional de ampliar a oferta do ensino de pós-graduação, objetivando responder às necessidades estratégicas das regiões nas quais a UNEB tem inserção, possibilitou o aprofundamento da relação Universidade-Comunidade e, também, o cumprimento da sua missão de contribuir efetivamente para o desenvolvimento da Bahia (UNEB, 2005).



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

A concepção teórica que perpassou a área de concentração do PGDR se pautou em eixos basilares, a saber: políticas públicas, gestão do conhecimento e desenvolvimento regional. O entendimento acerca das políticas públicas passa necessariamente pela sua definição que pode ser entendida como sendo as diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade; bem como, mediação entre atores da sociedade e do Estado. Neste sentido, são políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implementação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo: a distribuição e redistribuição de poder; o papel do conflito social nos processos de decisão; a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia (RUA, 2009).

A gestão do conhecimento foi compreendida como um conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, que são capazes de aumentar a capacidade dos gestores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos estratégicos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo (BATISTA; QUANDT; PACHECO; TERRA, 2005).

O desenvolvimento regional, por sua vez, se reporta à definição de desenvolvimento que, na atualidade parece advir da valorização simultânea dos recursos naturais e, sobretudo, a valorização das potencialidades humanas. Segundo Joan Robinson (1961), desenvolvimento deve corresponder à ampliação das possibilidades de escolha: não apenas de modelos de automóvel ou canais de televisão, mas, sobretudo das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de fatores socioculturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e – *last but not the least* - liberdade.



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES

“Educando para o Turismo de Base Comunitária”

Sen (2000) corrobora a opinião de Joan Robinson ao defender que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O desenvolvimento econômico não deve ter como objetivo final, apenas, a melhoria de variáveis como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), aumento da renda per capita, industrialização, avanço tecnológico ou modernização. São variáveis, obviamente, importantíssimas como meios de expandir as liberdades. Mas as liberdades são essencialmente determinadas por saúde, educação e direitos civis. Depreende-se que a área sociocultural deve ter papel prioritário no desenvolvimento de um país, estado, município ou comunidade.

Segundo Menezes e Fonseca (2010) pode-se, então, definir desenvolvimento econômico sustentável como sendo o modelo desenvolvimentista em que se coloque o crescimento econômico sob as rédeas da justiça social e do equilíbrio ecológico, que disciplina a entrada no processo de globalização, em função da aferição dos resultados internos à região. Assim, é necessário que a produção de riquezas caminhe junto com a produção de conhecimentos, perseguindo-se, entre outras medidas: a regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social; e, a descentralização das políticas e dos investimentos, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento.

Essas concepções possibilitaram estruturar, não somente a área de concentração, como também as linhas de pesquisa do PGDR, que tiveram os seguintes objetivos descritos a seguir: Na Linha I - Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional: formar pesquisadores profissionais que desejem atualizar-se e qualificar-se nos assuntos das políticas públicas e do desenvolvimento regional, através do aprofundamento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o desempenho profissional; capacitar os participantes na interpretação do impacto das mudanças macroeconômicas e seus principais reflexos sobre as políticas públicas; produzir, intercambiar, difundir e apropriar conhecimentos que possibilitem o rebatimento dos conteúdos gerais sobre as subesferas de governo, particularmente a da gestão pública local; instrumentalizar na condução do processo de planejamento da ação administrativa e da programação e execução orçamentária, bem como na gestão das finanças públicas; fornecer subsídios que permitam interligar os conteúdos



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

gerais da gestão pública com as políticas voltadas para o desenvolvimento local; qualificar os mestrandos para a formulação de sistemas de controle sobre a implementação de políticas públicas (UNEB, 2005).

Na Linha II - Gestão Social do Conhecimento e Desenvolvimento Regional: formar pesquisadores profissionais que desejem atualizar-se e qualificar-se nos assuntos da gestão social do conhecimento e do desenvolvimento regional, através do aprofundamento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o desempenho profissional; capacitar os participantes a compreender os conceitos de gestão do conhecimento; ampliar métodos, técnicas e ferramentas em organizações que executam pesquisas e desenvolvimento; fomentar a reflexão sobre as mudanças provocadas pela ênfase em conhecimento em nível social, organizacional e individual; avaliar tecnologias de informação relevantes para iniciativas de gestão do conhecimento; qualificar os mestrandos para proporem metodologias e métricas para avaliação dos esforços de gestão do conhecimento (UNEB, 2005).

Os objetivos traçados para as duas linhas de pesquisa estruturantes do PGDR possibilitaram configurar uma matriz curricular que, além de dar conta das temáticas das políticas públicas, da gestão do conhecimento e do desenvolvimento regional, não deixava de lado as questões sociais e econômicas que são temas transversais das temáticas acima.

Para efeitos de conclusão do curso o discente precisava cumprir créditos obrigatórios, que totalizavam 24 créditos e, no mínimo, um total 6 créditos optativos, o que elevava o total geral para 30 créditos. A carga horária era distribuída por semestres conforme os créditos das disciplinas ou atividades e totalizava 430 horas. Ofereceu-se ainda a disciplina Métodos Quantitativos (03 créditos) como optativa, que pode ser escolhida por estudantes de qualquer uma das linhas de pesquisa (UNEB, 2005).

Foram oferecidas 20 vagas, que, para a primeira turma, ficaram distribuídas de forma a atender à demanda da Secretária Estadual de Educação do Estado da Bahia (com 10 vagas) e das quatro Universidades Estaduais do Estado da Bahia, a saber: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com 04 vagas; Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com 02 vagas; Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), com 02 vagas; e, Universidade Estadual do Sudoeste



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES
“Educando para o Turismo de Base Comunitária”

da Bahia (UESB), com 02 vagas. Posteriormente, estas vagas foram atribuídas ao atendimento destas instituições, bem como à outras secretarias do Estado da Bahia e à uma demanda social. Pode-se visualizar, no Quadro I, a matriz curricular do PGDR:

Quadro I - Matriz Curricular do PGDR

ESTRUTURA	DISCIPLINAS	
	OBRIGATORIAS	OPTATIVAS
Núcleo Comum	1] Instituições, Políticas Públicas e Gestão do Conhecimento (4 créditos) 2] Teorias do Desenvolvimento Regional (4 créditos) 3] Pesquisa e Desenvolvimento Orientados (8 créditos) 4] Seminário de Pesquisa I (2 créditos) 5] Seminário de Pesquisa I (2 créditos)	1] Métodos Quantitativos (3 créditos)
Linha I- Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional	1] Políticas Macroeconômicas (4 créditos)	1] Estado Contemporâneo e Administração Política (3 créditos) 2] Planejamento Estratégico e Orçamento Público (3 créditos) 3] Políticas Públicas Setoriais e Sociais (3 créditos) 4] Teorias do Federalismo Fiscal (3 créditos)
Linha II- Gestão Social do Conhecimento e Desenvolvimento Regional	1] Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento (4 créditos)	1] Gestão Competitiva do Conhecimento (3 créditos) 2] Gestão da Informação para a Cidadania e Desenvolvimento (3 créditos) 3] Gestão do Conhecimento nas Organizações (3 créditos) 4] Saberes, Etnicidade e Métodos Qualitativos de Pesquisa (3 créditos)



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

Fonte: UNEB, 2005. Elaborado pelas autoras.

A coordenação do PGDR, desde abril de 2006, fez gestão junto ao Departamento de Ciências Humanas do Campus I (DCH I) e à Administração Superior da UNEB, no sentido de criar as condições de funcionamento do referido Curso.

Para efeitos de obter uma sustentabilidade financeira, o PGDR firmou convênios, que ocorreram entre a UNEB/SEC e as Universidades Estaduais, para as duas primeiras turmas. No entanto, com uma demanda crescente do Estado da Bahia pelas vagas do PGDR, estes convênios foram estendidos para outros órgãos do Estado, a exemplo da Secretária da Saúde, Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia e Secretaria do Planejamento (MENEZES; CAMPOS, 2008).

A partir de um processo de reflexão contínuo e participativo com o corpo docente buscou-se construir um modelo de pós-graduação diferenciado considerando alguns pressupostos já colocados por mestRADOS profissionais com maior experiência: a articulação entre uma base de pesquisa consolidada; produção científica e técnica; corpo docente qualificado academicamente; estratégias inovadoras de ensino-aprendizagem articulados às experiências profissionais dos alunos e às demandas da sociedade.

Dessa forma, colocou-se como prioridade quer no processo de seleção quer no processo de execução do curso o desenvolvimento de estratégias que visassem a articulação entre a teoria e a prática, de forma a permitir a análise e a reflexão constantes sobre as atividades profissionais dos alunos e da integração das competências dos professores para resultados mais eficazes do programa.

A partir desses aspectos o programa PGDR procurou construir uma identidade através de condições materiais e humanas indispensáveis, de um processo de construção coletiva de ensino-aprendizagem desenvolvido pelos docentes, fortalecimento de grupos de investigadores nas linhas de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional e Gestão Social do Conhecimento e Desenvolvimento Regional e reconhecimento junto a comunidade acadêmica do compromisso social que vem sendo estabelecido cada vez mais a partir do atendimento das demandas da sociedade.



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

Assim, estabeleceu-se uma estreita relação entre o PGDR e o potencial atendimento de necessidades do Estado, objetivando aprofundar a relação Universidade-Sociedade e colaborar com o cumprimento da UNEB na missão de contribuir efetivamente para o desenvolvimento do Estado da Bahia. Salienta-se, assim, o papel da UNEB como geradora de uma forte e variada gama de benefícios sociais. Embora descredenciado para oferta de novas turmas pela CAPES em 2010, o PGDR deixou de funcionar em 2012 com a conclusão e titulação de cinco turmas em seu período de funcionamento.

Tendo contextualizado o PGDR, passa-se, agora, ao relato sobre como se deu o surgimento do projeto de pesquisa, ensino e extensão sobre Turismo de Base Comunitária no Cabula e os seus desdobramentos, cuja origem se deu mais especificamente a partir do desenvolvimento da disciplina Gestão da Informação para a Cidadania e Desenvolvimento, através da ementa: Comércio eletrônico; Governo eletrônico; Portais de informação; Comunidades de conhecimento; Políticas e Sistemas Públicos de Informação; Gestão social do conhecimento; Conhecimento, informação e exclusão social.

A gestão da informação para a cidadania e desenvolvimento no contexto da sociedade do conhecimento

O PGDR como já descrito acima foi estruturado a partir da área de concentração em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional. Será dado o destaque nesse espaço para as temáticas integrantes do componente curricular Gestão da Informação para a Cidadania e Desenvolvimento, onde se originam os primeiros rascunhos do projeto TBC Cabula, objeto desse diálogo.

Vale dizer que essas temáticas estiveram sempre contextualizadas numa concepção que analisa as transformações de uma sociedade industrial para uma sociedade do conhecimento, fundadas no desenvolvimento das tecnologias de base digital, em suas demandas e alterações geradas nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas no interior desse processo, que alcançou amplitude e vem demarcando inovações no panorama produtivo, de consumo e de produção de conhecimento.



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

Os processos de gestão da informação nos diferentes contextos e organizações precisam ser compreendidos criticamente em suas finalidades e importância. Thompson (2008) considera que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) afetaram padrões tradicionais de circulação de bens e serviços em escala global, de interação social que era estabelecida face a face no mesmo ambiente físico e fez surgir novos tipos de ação à distância, bem como novas práticas intermediadas pelas TICs. O avanço da sociedade do conhecimento se constituiu em ampliar infraestruturas tecnológicas e instrumentais indispensáveis às comunicações pessoais, de trabalho, de lazer ampliando os espaços de participação das sociedades em busca de novos direitos.

Para Campos, Pitombo, Menezes (2015) a restrição na aquisição de produtos e serviços na sociedade do conhecimento é decorrente do cerceamento a liberdade de acesso ao conhecimento, redes de mercados virtuais, compra e venda de produtos e serviços. Nesse sentido, cabe ao estado materializar políticas públicas que possam atender as necessidades de parcelas da sociedade. As políticas de inclusão digital têm contribuído para a inserção de grupos diversificados e socialmente excluídos das tecnologias da informação e comunicação, de competências digitais e interação através de redes sociais.

A informação e o conhecimento que na contemporaneidade encontra-se diretamente relacionados à cultura digital decorrente do avanço tecnológico digital vem gerando inovações nos padrões organizativos da sociedade e economia, na medida em que possibilitam a emergência de tendências mais igualitárias, entendendo aqui que o conhecimento pode ser alcançado por qualquer sujeito social, também alavanca desigualdades sociais, impondo-nos desafios em lidar com o acesso e uso dos mecanismos tecnológicos para gerar oportunidades, habilidades e ampliação da condição de cidadania.

Segundo Bonilla e Oliveira (2011) o termo inclusão digital surge em um espaço político-ideológico das políticas de governo nacionais e internacionais para o desenvolvimento através de política da implantação dos chamados Programas Sociedade da Informação, que se consolidou na década de 1990 em nível mundial e no Brasil no ano de 2000, quando se lançou o Livro Verde – Sociedade da Informação no Brasil. Os autores acrescentam que a partir da identificação das desigualdades quanto ao acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) diversos



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

programas de governo foram implementados com base em políticas públicas, como também pelo setor privado e terceiro setor, sendo conhecidas como programas ou projetos de inclusão digital.

A cultura digital pode contribuir na produção de riqueza e na melhoria do bem estar e qualidade de vida dos cidadãos, o que contribui para o alcance do desenvolvimento local. Torna-se imprescindível que se disponibilizem a estes sujeitos, mecanismos para que tenha a liberdade de acessar de forma autônoma e irrestrita as informações que desejem nos canais que necessitem e possam utilizá-las também para criar e difundir conhecimento autonomizante e empoderador para sua comunidade.

Para Neri (2003) o acesso a ativos tecnológicos de informação e comunicação impacta nas condições de vida dos cidadãos como na geração de renda de famílias pobres. Um segundo efeito, extraem diretamente do computador, através da conexão a rede mundial de computadores independente do capital digital afetar, ou não, sua capacidade de geração de renda:

Na chamada era do conhecimento, ID [Inclusão Digital] é uma questão básica de cidadania, como é no acesso a serviços públicos, educação e saúde. Isso implica, na prática, expandir as medidas usadas de bem estar social com a posse de recursos físicos, conhecimentos e redes ligadas ao uso de tecnologia de informática (NERI, 2003, p. 24).

O autor trata do acesso do capital físico (computadores) capital humano (cursos de informática, educação básica) capital social (internet, redes sociais, associativismos, empreendedorismo) e o capital digital como um agregado e impacto sobre o nível de bem estar individual e agregado.

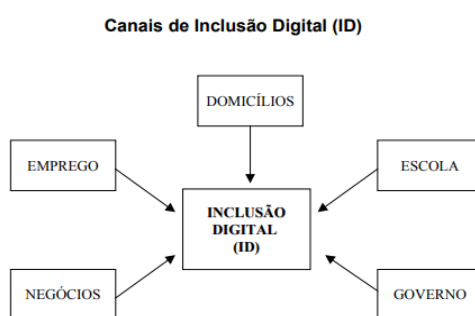
O conceito de inclusão digital adotado pelo Programa Identidade Digital do Estado da Bahia (2004) é mais amplo que o simples acesso da população ao computador e a Internet, considerando que o uso das tecnologias de informação e comunicação “são meios para promover a melhoria da qualidade de vida, garantir maior liberdade social, gerar conhecimento e troca de informações, ampliar a empregabilidade e possibilitar a construção de uma cidadania ativa e empreendedora” (BAHIA, 2004, p.87).

O acesso à tecnologia digital pode se dar em várias instâncias: nas residências, no trabalho, nos negócios, nas escolas, nos serviços públicos, entretanto esta é uma perspectiva que não condiz com a realidade de grande parte da população brasileira. Neste sentido, faz-se necessário a ação do



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES "Educando para o Turismo de Base Comunitária"

Estado materializando políticas de acesso a tecnologia digital a segmentos sociais como trabalhadores, estudantes que possam utilizar bens e serviços através das TICs.



Fonte: Neri, 2003.

Segundo Costa (2007) existem duas formas de inclusão digital: uma inclusão espontânea e uma induzida. A primeira o cidadão usa vários dispositivos eletrônicos como caixas multibancos, cartões eletrônicos, celular etc., sendo necessário incluir-se e utilizar várias ferramentas tecnológicas de informação e comunicação. A segunda, a forma induzida é feita através de projetos, programas governamentais, educacionais, ou através do terceiro setor, visando induzir formação, acesso e habilidade com as TICs. Estas possibilidades de acesso através de inclusão espontânea e induzida está diretamente ligada à realidade de bairros periféricos ao centro da cidade de Salvador como o Cabula e entorno no qual a população atua na sua maioria no mercado informal de trabalho.

A cultura está relacionada à forma como o homem simboliza sua vida social e constrói seu sistema cultural adotando formas de comunicação escrita, falada, artística. A cultura digital busca integrar a realidade com o mundo virtual envolvendo diferentes instrumentais tecnológicos e tem grande atuação em redes sociais com *facebook*, *instagram*, *whatsapp* e *twitter*.

Nesse sentido, interessa refletir sobre a apropriação pelas comunidades e grupos socialmente excluídos das tecnologias da informação e comunicação, bem como cumprir com o objetivo específico do projeto TBC Cabula, apresentado a seguir: “articular ações conjuntas entre a comunidade e a Secretaria de Ciência & Tecnologia (SEC&TI), visando a implantação de um



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

Centro Digital de Cidadania CDCs na Região na Região do Cabula e entorno” (SILVA, 2010, s. p.). Entretanto, o acesso à internet que é uma ferramenta básica, não é suficiente e não garante a inclusão social, considerando que para além dos recursos tecnológicos faz-se necessário os recursos cognitivos.

A dinâmica da cultura com a simbolização da vida social pode ser alterada quando há o contato com outras culturas diferentes e as mudanças podem ser observadas dentro de uma mesma cultura. O que diferencia uma cultura da outra é o conceito de identidade cultural, que é o sentido de pertença, de ser parte de um grupo social que tem história própria e um destino coletivo. São modelados por construções simbólicas passadas de gerações em contextos históricos específicos.

Com a utilização das tecnologias de informação e comunicação, a natureza deste conjunto de material preexistente pode se alterar interferindo no processo de formação de identidade. Entretanto, o uso de recursos cognitivos (conhecimentos tácitos e explícitos) possibilita no ambiente virtual uma inclusão autônoma dos grupos sociais que podem assegurar suas identidades no ciberespaço, da diversidade cultural a partir de conteúdos próprios da internet e ampliar sua cidadania.

Um processo indutivo por parte do estado para o combate à exclusão digital das comunidades envolvidas foi através dos Centros Digitais de Cidadania (CDC), como projeto do Estado da Bahia para os Territórios de Identidade, mesmo sendo incipiente na sua efetividade em introduzir mecanismos informacionais na cidade ou no campo. Entretanto, percebeu-se que em muitos casos as comunidades se beneficiaram por este perfil de inclusão digital através dos infocentros ou centros digitais de cidadania que são espaços públicos e gratuitos equipados com microcomputadores e que nem sempre possuem o serviço de internet, dificultando o acesso a serviços do governo como *e-gov*, imposto de renda, links participar de processos seletivos como o ENEM etc.

Ampliar o acesso à informação e aos serviços públicos colocados à disposição da população potencializa a participação popular, contribuindo para a formação da cidadania, autonomia e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Por este motivo, visando dar visibilidade às comunidades dos dezessete bairros do antigo quilombo Cabula, criou-se o Portal TBC Cabula,



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES

“Educando para o Turismo de Base Comunitária”

acessível no www.tbccabula.com.br, tendo-se apoio pela Chamada CNPq/MCTI N° 25/2015 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, em vigor até os dias atuais.

No entanto, as comunidades do Cabula não restringem ao uso dos centros digitais de cidadania, mas utilizam também redes sociais digitais, através de alguma plataforma tecnológica, como *facebook*, *twitter*, *blog* ou *youtube* entre outras. Com estas iniciativas espontâneas propagam-se a informação de maneira que se quer e como se quer, fortalecendo a liberdade de expressão e incentivando a participação de muitos membros autônomos, tornando-se uma ferramenta de emancipação, através do potencial de produção e difusão de saberes. Este ambiente vem sendo um fertilizador de autodesenvolvimento de comunidades excluídas digitalmente.

Encontramos página específica dentro do *facebook* direcionada para empresas, marcas ou produtos, associações, sindicatos e/ou autônomos que desejem interagir com os seus clientes, a exemplo da TV Engomadeira que se dirige a divulgação e exibição em tempo real de eventos esportivos na página do *facebook*, contendo 3.803 fãs, além da manutenção de um *twitter* e do compartilhamentos em alguns serviços de empresas locais no bairro do Cabula, entre estas destaca-se a “Revista Digital do Cabula VI”, que visa girar a economia local e ajudando aos nossos; “Cabula em Foco”; “Cabula Notícias”; e “Grupo de Participação Popular Público e sem fins lucrativos, em prol da comunidade do Cabula”. As redes sociais vêm promovendo crescentes transformações socioeconômicas em várias comunidades locais, bem como impulsionando forças produtivas que a compõem, imprimindo, entretanto, desigualdades de oportunidades.

Torna-se imprescindível que se disponibilizem a estes sujeitos, mecanismos para que tenham a liberdade de acessar de forma autônoma e irrestrita as informações que desejem nos canais que necessitem e possam utilizá-las também para criar e difundir conhecimentos autonomizante e empoderador para sua comunidade. Ou seja, faz-se necessária a expansão da liberdade real dos moradores do Cabula. Enquanto isto, espera-se que as políticas públicas sejam implementadas com equidade, favorecendo o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

O projeto de pesquisa, ensino e extensão turismo de base comunitária no Cabula – TBC Cabula



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

O PGDR como já afirmado acima, foi o berço do nascimento do projeto conhecido por TBC Cabula. A primeira fase do processo, deu-se através de diálogos e interações com estudantes e docentes das duas linhas de pesquisa do referido programa, que, juntos, elaboraram uma proposta inovadora de atuação no território do Cabula, conhecido como antigo quilombo Cabula. Justo na fase embrionária deste projeto, o PGDR passa por situação de descredenciamento, contradizendo aos princípios e propósitos de se fazer ciência dentro de uma universidade pública do Estado da Bahia.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) tem como missão a produção, socialização e aplicação do conhecimento nas mais diversas áreas do saber, em dimensão estratégica, com vistas à formação do cidadão e ao desenvolvimento das potencialidades políticas econômicas e sociais da comunidade baiana, sob a égide dos princípios da ética, da democracia, da justiça social e da pluralidade cultural.

Com sua realidade multicampi e multiregional, a UNEB tem uma atuação interiorizada em todo o Estado da Bahia. Suas características são muito específicas e particulares, seu perfil é multiregional e pluricultural. A UNEB está presente em 19 dos 26 territórios do Estado da Bahia, possui 24 campi e 29 departamentos cujas distâncias variam, entre si, de 41 a 901 Km, e que apresentam diferentes níveis de desempenho em relação à pesquisa, à inovação e à pós-graduação.

Por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, articuladas de modo a garantir a produção do conhecimento, a Universidade contribui para o desenvolvimento do Estado da Bahia, do Nordeste e do País, ao promover a formação de profissionais qualificados, a produção e disseminação do saber em busca da construção de uma sociedade fundamentada na equidade social. Para além do atendimento das demandas regionais a UNEB, através de grupos de pesquisa, volta-se também para o estudo das áreas de seu entorno, haja vista a preocupação com o Cabula e arredores, tanto em termos de projetos de pesquisa quanto em termos de projetos de extensão, que se projetam através de perspectivas de políticas públicas e desenvolvimento. Isto torna a UNEB geradora de uma forte e variada gama de benefícios sociais.



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES

“Educando para o Turismo de Base Comunitária”

A proposta do projeto TBC foi aprovada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), por meio do Edital 021/2010, Pedido Nº 6791/2010, Turismo de Base Comunitária na Região do Cabula e Entorno: processo de incubação de operadora de receptivos populares especializada em roteiros turísticos alternativos, e executada desde então, completando dez anos de resistência, em 2020, já que não foi sendo experienciado em contexto do PGDR, que possuía todas as condições favoráveis para cumprir com sua meta principal, a de formação de profissionais para pensarem e agirem em localidades que necessitassem da aplicação de políticas públicas e gestão do conhecimento para o desenvolvimento local e regional.

De maneira geral a proposta objetivou levantar informações que permitam ampliar o acervo de conhecimentos no campo do turismo, cooperativismo e desenvolvimento local e, simultaneamente, desenvolver ações capazes de contribuir para a sensibilização, mobilização e formação da comunidade para o turismo de base comunitária na Região do Cabula e entorno, por meio de atividades, projetos experimentais e assessoria técnica visando a criação de uma Cooperativa de Receptivos Populares Especializada em Roteiros Turísticos Urbanos Alternativos, Responsáveis, Sustentáveis e Solidários (RTUARSS) (SILVA, 10/12/2010).

E especificamente a proposta teve por objetivos: a) mobilizar a comunidade para o reconhecimento dos recursos da localidade para o receptivo de visitantes e turistas; b) elaborar com a comunidade projetos de captação de recursos e investimentos solidários para o fortalecimento e qualificação dos empreendimentos já existentes e a criação daqueles identificados no inventário; c) desenvolver, com a comunidade, metodologias de planejamento, organização e gestão de empreendimentos populares que ofereçam serviços e produtos com finalidade de atender ao turismo de base comunitária; d) elaborar com a comunidade os roteiros turísticos de base comunitária; e) articular ações conjuntas entre as comunidades de bairro e as políticas públicas das esferas municipais e estaduais para a criação de infraestruturas básicas, serviços e produtos, favorecendo a criação de ofertas como transporte, saneamento, abastecimento d'água, energia elétrica, sinalização, limpeza, comunicação, segurança, vigilância sanitária, dentre outros; f) articular ações conjuntas entre a comunidade e a Secretaria de Ciência & Tecnologia (SEC&TI), visando a implantação de um Centro Digital de Cidadania (CDCs) na Região na Região do Cabula e entorno; e outros.



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

Vale chamar a atenção para a confluência desses objetivos aos do PGDR, que com a expertise do seu corpo docente e discente, concretizaram práticas que levaram ao desenvolvimento do território do antigo quilombo Cabula, tornando um modelo de desenvolvimento local por meio da interação entre a UNEB e as comunidades dos bairros do chamado grande Cabula.

No caso do referido território, o Cabula, abrange um quantitativo de dezessete bairros, circunvizinhos da UNEB, conforme depoimento de moradores antigos e idosos, que nasceram e cresceram neste local. O Cabula, caracteriza-se como um celeiro cultural e ambiental extraordinário que, paulatinamente, vem sendo ocupado por forças capitalistas destruidoras do *modus vivendi* e *operandi* dos herdeiros de povos indígenas, africanos e afro-brasileiros.

Observa-se a contínua especulação imobiliária, para construção de edificações verticais, e de avenidas, a exemplo da Linha Viva. Os prédios oferecem equipamentos e serviços que contradizem o contexto sócio-histórico do Cabula. Por meio deles, tem-se feito práticas de higienização, que favorecem à expulsão de sua gente humilde e em permanente vulnerabilidade em diversas dimensões, seja no âmbito educacional e ou ambiental, há sempre perdas de direitos à cidadania.

Nas escolas da região, tanto estaduais quanto as municipais, identificou-se a carência de abordagem sobre esse território. É desconhecida a história do lugar para crianças, jovens e adultos. Por meio do projeto TBC Cabula, tem-se construído conhecimento sobre a história local desde o período da Colônia, Império e República, utilizando jogos educacionais *Role Play Game* (RPG), museus digitais e virtuais, dentre outras tecnologias educativas.

Durante esses dez anos de esforços, procurou-se verificar como as Políticas Públicas sociais chegam à localidade, tendo como *locus* a Comunidade Amazonas, os bairros da Engomadeira, Pernambués, Saramandaia entre outros, obtendo-se como um dos resultados, a negligência no processo de implementação de políticas públicas, quando não se identifica a falta destas. Por todos os aspectos observados, evidencia-se a ausência de dados e informações sobre a localidade, ainda menos àqueles relacionados à cidadania e aos direitos básicos como moradia, acesso à comunicação, saúde, educação, dentre outros.

Conclusão



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

Passados mais de uma década, reconstitui-se a memória do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (PGDR), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e do projeto Turismo de Base Comunitária na Região do Cabula e Entorno: processo de incubação de operadora de receptivos populares especializada em roteiros turísticos alternativos, e entrelaça-os com o desenvolvimento local.

A proposta do PGDR foi inovadora ao priorizar o ensino profissionalizante e o mundo do trabalho ao preparar profissionais para atuarem como gestores públicos e profissões correlatas nos diversos setores socioeconômicos regionais vinculados às políticas públicas e à gestão do conhecimento, voltados para o desenvolvimento regional, tendo como conceito de desenvolvimento aquele que advém da valorização simultânea dos recursos naturais e, sobretudo, a valorização das potencialidades humanas.

A proposta do projeto TBC Cabula também foi inovadora, na medida em que se propôs a ampliar o acervo de conhecimentos no campo do turismo, cooperativismo e desenvolvimento local. Buscou também desenvolver ações capazes de contribuir para a sensibilização, mobilização e formação da comunidade para o turismo de base comunitária na Região do Cabula e entorno, visando a criação de uma Cooperativa de Receptivos Populares Especializada em Roteiros Turísticos Urbanos Alternativos, Responsáveis, Sustentáveis e Solidários.

Por fim, a Gestão da Informação para a Cidadania e Desenvolvimento tratou do avanço da sociedade do conhecimento lastreada em infraestrutura tecnológica e instrumentais indispensáveis as comunicações e possibilitando espaços de participação das sociedades em busca de novos direitos. A cultura digital pode contribuir na produção de riqueza e na melhoria do bem-estar, qualidade de vida dos cidadãos e difundir conhecimento autonomizante e empoderador para suas comunidades.

Conclui-se, então, que tanto a proposta do PGDR, quanto do projeto TBC Cabula, inovadores por natureza, vêm cumprindo com ações relevantes para conquistas de liberdades reais, emancipação e autonomia dos moradores dos dezessete bairros. Ainda que sem o devido apoio necessário para fazer valer a criação e implementação de políticas públicas que gerem o desenvolvimento local.



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES "Educando para o Turismo de Base Comunitária"

Referências

BAHIA. Secretaria de Ciência e Tecnologia. **Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Estado da Bahia**. Salvador, 2004.

BATISTA, Fábio Ferreira; QUANDT, Carlos Olavo; PACHECO, Fernando Flávio; TERRA, José Cláudio Cyrineu. **Gestão do Conhecimento na Administração Pública**. Brasília: IPEA, 2005. (Texto para Discussão nº 1095).

BONILLA, Maria Helena Silveira; OLIVEIRA, Paulo Cesar Souza. Inclusão Digital: ambiguidades em curso. In: Maria Helena Silveira Bonilla; Nelson de Luca Pretto (orgs.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 23-48. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/4859/1/repositorio-Inclusao%20digital-polemica-final.pdf>. Acesso em 28/06/2020.

CAMPOS, Maria de Fatima H.; PITOMBO, Arlindo de Araújo; MENEZES, Ana Maria Ferreira. Cultura Digital e Redes Sociais na Comunidade do Cabula e Entorno em Salvador (BA). XI ENECULT. **Encontros Multidisciplinares em Cultura**. Salvador, 11 a 14 de agosto de 2015.

COSTA, Leonardo Figueiredo. **Comunicação, Novas Tecnologias e Inclusão Digital**: uma análise dos projetos realizados na Bahia. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea da Faculdade de Comunicação da UFBA. (Dissertação). Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11307/1/Dissertacao%20Leonardo%20Costa.pdf>. Acesso em 30/06/2020.

MENEZES, Ana Maria Ferreira; CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. **Demandas de Inovação e Formação de Recursos Humanos**: a experiência do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional e sua sustentabilidade financeira. Canoas (RS): IV Encontro do Fórum de Mestrados Profissionais, 2008.

MENEZES, Ana Maria Ferreira; FONSECA, Manoel Justiniano Melo da. Capital Social, Redes e Desenvolvimento: um "estado da arte da teoria". In: ARAGÃO, F. S.; SEPÚLVEDA, O. G. (Orgs.). **Reflexões de Economistas Baianos 2009**. Salvador: CORECON-BA, 2010.

NERI, Marcelo Cortes (org.). **Mapa da Exclusão Digital**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/22022/Texto-Principal-Parte-1-Mapa-da-Exclusao-Digital.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em 28/06/2020.



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES

“Educando para o Turismo de Base Comunitária”

ROBINSON, Joan. Equilibrium growth models. *The American Economic Review*, v. 51, pp. 159-167, June 1961.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Francisca de Paula Santos da. **Turismo de Base Comunitária na Região do Cabula e Entorno**: processo de incubação de operadora de receptivos populares especializada em roteiros turísticos alternativos. Salvador: UNEB, PGDR, DCHI, FAPESB, 10/12/2010.

THOMPSON, John. **A Mídia e a Modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

UNEB. Universidade do Estado da Bahia. **Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional**. Salvador: UNEB, 2005.